

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR.

MÁRCIA GARCÊS SILVA

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

marcia_garces@hotmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva mostrar a importância da educação inclusiva de alunos com deficiência em específico a auditiva, uma vez que educar é mais que o ato de transferir informações é dar a um indivíduo através do processo de ensino aprendizagem a possibilidade de um convívio adequado além da troca de informações levando em consideração as limitações de cada educando. Essa realidade trás uma grande relevância as pesquisas acerca da educação inclusiva em específico dos alunos com deficiência auditiva sendo ela: leve, moderada, profunda ou severa. Esse aluno como qualquer outro requer atenção as suas necessidades educacionais, tendo em vista que a sua inclusão só acontecerá de fato e terá resultado se ele for respeitado em suas diferenças e potencialidades. Essa pesquisa de natureza qualitativa realizada através de estudo bibliográfico tem o intuito de comprovar qual a importância da inclusão do aluno surdo no ensino regular e seus reflexos no processo de ensino aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVES: Educação. Inclusão. Surdez.

A educação especial foi organizada para atender específica e exclusivamente a alunos excepcionais. Reconhecer as diferenças é essencial no caminho da integração e, principalmente, de inclusão onde se espera que o professor não faça da turma uma homogeneidade, trabalhando como se todos tivessem a mesma capacidade na sua construção do conhecimento.

A história da educação especial nos revela quatro fases distintas, na qual a primeira etapa, denominada fase de exclusão, localiza-se no período que antecede ao século XX, ocasião em que as pessoas com deficiência eram tidas como indignas de obter uma educação escolar.

A partir do século XX, dá-se início a segunda fase denominada de segregação, tendo origem no atendimento fornecido em algumas grandes instituições que dentre outros aspectos buscavam oferecer classes de alfabetização para pessoas deficientes. Entre as décadas de 1950 a 1960 surgiram classes destinadas a crianças com deficiência,

a quem antes eram negados atendimentos em classes comuns, mas tarde surgiram classes especiais em escolas comuns.

No final do século XX, mais precisamente na década de 1990 teve início a terceira fase intitulada fase de integração. Nesse período houve a inserção de crianças ou adolescentes surdos em classes comuns, isso se deu devido à mudança filosófica em direção a idéia de educação integrada que objetivava colocar esses alunos em um ambiente o menos restritivo possível. Só que se considera integrados apenas aqueles estudantes com deficiência que conseguissem adaptar-se à classe comum como esta se apresentava, portanto sem modificação no sistema. As leis sempre tinham o cuidado de ressaltar a condição preferencialmente na rede regular de ensino, o que deixava em aberto a possibilidade de manter crianças e adolescentes com deficiência nas escolas especiais.

No início da década de 1990 e adentrando o século XXI, a quarta fase, é a mais atual, fundamenta-se na ideia da adaptação do sistema escolar às necessidades dos educandos. Mais conhecida como a fase da inclusão a quarta fase propõe um sistema educacional único e de qualidade ao qual venha atender os alunos com ou sem deficiência sem distinções.

Este trabalho visa demonstrar o desenvolvimento histórico e desafios encontrados para que houvesse a prática educacional no ensino público regular a alunos com deficiência auditiva.

1 Educação de surdos

1.2 Histórico

Compreender a relação existente entre a qualidade das interações interpessoais e do desenvolvimento cognitivo com o comprometimento linguístico dos alunos surdos fundamentado no conhecimento sobre sua história, filosofia e métodos, dá suporte para análises críticas das consequências no desenvolvimento desses educando.

Antigamente os surdos eram vistos pela sociedade apenas em seus aspectos negativos. Conforme o estudo realizado por Márcia Goldfeld

[...] A crença de que o surdo era uma pessoa primitiva fez com que ele não poderia ser educado persistisse até o século XV, fazendo com que

estivesse à margem da sociedade, sem nenhum direito assegurado. (2002, p. 27)

No século XVI, o médico italiano Girolamo Cardano (1501-1576), interessado em estudar o caso de seu filho surdo, defendeu que o emprego de palavras faladas não era indispensável para se compreender idéias, mas defendeu que era necessário aprender a ler e escrever. Goldfeld relata que:

Os educadores, assim como atualmente, criaram diferentes metodologias para ensinar os surdos. Alguns se baseavam apenas língua oral, ou seja, a língua auditiva-oral utilizada em seu país, como o francês, o inglês, etc. Outros pesquisaram e defenderam a língua de sinais, que é uma língua espaço-visuo-espacial criada através de gerações pelas comunidades de surdos. Outros ainda criariam códigos visuais, que não se configuram como uma língua, para se facilitar a comunicação com seus alunos surdos. Até hoje existem diversas correntes com diferentes pressupostos em relação à educação de surdos. (GOLDFELD, 2002, p. 27)

Ainda no século XVI, no Mosteiro de S. Salvador, perto de Madriol, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon, criou a primeira escola para pessoas surdas, na qual ele desenvolveu uma metodologia de educação que consistia: em primeiro, ensinar aos surdos a escrever mostrando-lhes os objetos, em seguida vocalizavam as palavras a que os objetos correspondiam.

Em 1620, Juan Pablo Bonet no livro *A publicação do som e a forma de ensinar o surdo a falar*, defendeu que era imprescindível ensinar o surdo a aprender um alfabeto manual. Já em 1644, o médico inglês Juan Bulwer, publicou *A lingua Natural da Mão e A Arte de Retórica Manual*.

Foi no de 1750, que com Samuel Heinick, surgem os primeiros métodos estreitamente orais, ele foi o fundador da primeira escola pública baseada na língua oral. De acordo com Silva (2008), Opondo-se aos “sinais metódicos” utilizados por L’Epée, o pedagogo, Samuel Heinick, defendia o oralismo, este acreditava que o pensamento só era possível por meio da língua oral, no qual a escrita seria uma consequência dessa língua oral.

O século XVIII é conhecido como o período mais produtivo da educação de surdos. No ano de 1760, Carlos Michel de L’Epée um ex-sacerdote, também considerado alguém que teve uma grande influência na história da educação de surdos, criou uma espécie de Refúgio para o Surdo em Paris, foi neste período que ele passou a ensinar crianças surdas, que vagavam pelas ruas de Paris, deste contato L’Epée criou a

Instrução do Surdo Metodico, escola esta onde educadores e educando utilizava os chamados “sinais metodicos”.

Segundo Goldfeld, as metodologias de L’Epe e Heinick se confrontam e foram submetidas a análise da comunidade científica. Os argumentos de L’Epe foram mais fortes e com isso foram negados a Heinick. Recursos para ampliação de seu instituto.

Alexandre Graham Bell, tido como o mais importante defensor do oralismo, em 1872 criou uma escola para professores surdos, em Boston. Graham Bell teve muita influencia na votação da Conferencia de Milão de 1880. Nessa reunião, colocou-se em discursão, o método a ser utilizado no ensino dos surdos. A maioria dos paises, exceto os Estados Unidos adotaram o método oral. Um fator importante é que nesta conferência os professores de surdos não tiveram direito a voto e apenas um grupo unicamente ouvintes (Comitê do congresso), decidiu por extinguir a língua de sinais, substituindo-a pelo oralismo.

Silva (2008), destaca que o insucesso do oralismo e as pesquisas sobre a língua de sinais deram ensejo, na década de 1970, à perspectiva conhecida como comunicação total, no qual esta vem a ser desenvolvida através da fala, leitura labial, algo que fornecesse subsídios linguísticos para os estudantes surdos para que ele venha se expressar na modalidade de preferencia.

Ao focar a comunicação total Silva (2008, p. 25) escreve que:

Durante os anos 70 e 80, uma série de pesquisas foi desenvolvida com comunicação total, no que concerne a educação de surdos. O que se pode verificar é que no final do processo educacional, se comparado ao oralismo, há ganhos, visto que os surdos conseguiram se comunicar melhor. Entretanto, tanto a comunicação extra-escolar quanto a produção escrita continuaram a apresentar sérios problemas. A grande maioria dos surdos não alcançou a autonomia na produção da linguagem, da mesma forma como também não atingiu níveis academicos compatíveis com sua faixa etaria. Embora a comunicação total tenha viabilizado ao surdo o acesso aos sinais, até então proibido pelo oralismo, este acesso não propiciou um efetivo aprendizado da língua de sinais, mais sim um apoio à linguagem oral.

No século XIX, Tomas Hopkins Gallaudet e Laurent Clerc fundaram a primeira escola de surdos na América, Gallaudet aprendeu métodos de ensino com Sicard já L’Epe e Sicard, ter ministrado aulas na Instituição Real para surdos em Paris, Clerc se utilizava em sala de aula, conversas através de um tipo francês sinalizado. Entretanto

começaram a surgir opositores à língua de sinais, com a morte de Laurent Clerc, 1869, estes ganharam mais força.

No entanto, nesse momento a educação de surdos e a sociedade puderam perceber o potencial dos surdos através do uso da língua de sinais. A sociedade naquele momento passou a crer, que o surdo poderia vir desenvolver com os ouvintes a linguagem oral.

Durante grande parte do século XX, a maioria das escolas deixou de usar a língua de sinais, e o principal objetivo da educação de crianças surdas, passou a ser a oralização, estas crianças eram obrigadas a dedicar a maior parte do seu tempo destinado a receber um treinamento oral. O ensino das demais disciplinas escolares foi deixado para segundo plano, ocasionando uma queda no nível de escolarização dos surdos.

1.1.1 No Brasil

A educação especial, no Brasil instituiu-se por meio de instruções privadas de caráter filantrópico, através da iniciativa de familiares em que há membros deficientes.

A grande maioria do atendimento a alunos excepcionais no Brasil destina-se aos deficientes mentais, auditiva, visual e física não sensorial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96 de 20/12/96) que substituiu a de 1961 e 1971, no capítulo V, caracteriza em três artigos, a natureza do atendimento especializado.

Segundo Mota no artigo 50, entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos especiais. O artigo 59 visa salientar as providências de ordem escolar ou de assistência, que os sistemas de ensino deverão garantir aos alunos portadores de necessidades especiais, incluindo-se os considerados deficientes e os considerados superdotados. Enquanto que, o artigo 60 reafirma a preferência pela ampliação do atendimento no ensino regular público e prevê o estabelecimento de critérios de caracterização das instituições privadas de educação especial, para o recebimento de apoio técnico e financeiro. (MOTA, 1943, p. 400).

O papel da LDB/96 é explicado numa perspectiva relacional entre as modalidades de educação escolar e os diferentes níveis de ensino, contemplando as interfaces necessárias (com as políticas públicas de saúde, trabalho e assistência social).

As escolas e as comunidades educativas que devem considerar que a educação na diversidade é um dos principais critérios de qualidade. O conceito de diversidade remete-nos ao fato de que todos os alunos têm necessidades educativas especiais, individuais e próprias, para se ter acesso ao conhecimento necessário para sua socialização.

A educação dos portadores de necessidades especiais é observada como uma forma de aproximação com os seres ditos normais, a fim de desenvolver sua normalidade para melhor integrá-los através de sua aprendizagem “a idéia inicial foi, então, a de normalizar estilo ou padrões de vida, mas isto foi confundido com a noção de normais as pessoas deficientes.” (SASAZAKI, 1991, p. 32)

A integração dos alunos na escola regular é o principal objetivo de mudanças das escolas inclusivas. Mas essa integração não deve ser entendida como um movimento que procura unicamente incorporar os alunos nas escolas especiais à escola regular, juntamente com seus professores e os recursos materiais e técnicas que existem nelas, a integração não é simplesmente a transferência da educação especial às escolas de ensino comum, mais seu objetivo principal é a educação dos alunos com necessidades educativas especiais.

1.2 Filosofias Educacionais para surdos

1.2.1 Oralismo

A filosofia oralista tem em vista integralizar a criança surda em uma sociedade ouvinte, para que através de uma estimulação auditiva, estas crianças venham a desenvolver a língua oral, fazendo com que essa deficiência - a surdez, possa ser minimizada de acordo com o trabalho de reabilitação desenvolvido com esta criança.

A educação oralista tem como procedimentos de oralização: verbo-tonal, audiofonatória, aural, dentre outras utilizadas pelo oralismo. A maioria das metodologias utilizadas pela filosofia oralista tem como embasamento a teoria de Noam Chomsky. De acordo com Chomsky, para que as crianças surdas venham a obter êxito na aquisição da linguagem, é necessário que esta se submeta a um processo de reabilitação, no qual o quanto antes for submetido a estímulos auditivos, fará com que

venha aproveitar a pouca audição que a maioria dos surdos possui, possibilitando distinção dos sons que ouve.

Conforme Goldfeld, a história da educação de surdos nos mostra que a língua oral não dá conta de todas as necessidades da comunidade surda. No momento em que a língua de sinais passou a ser mais difundida, os surdos tiveram maiores condições de desenvolvimento intelectual, profissional e social.

1.2.2 Comunicação Total

A filosofia da comunicação total pode ser analisada com uma abordagem educacional, cujo principal intuito a comunicação entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes, venha a ser desenvolvida através da utilização de todos os recursos possíveis, seja através da fala, de gestos ou outros recursos cabíveis.

A comunicação total valoriza muito a relação família *versus* criança, pois será através desta que se estabelecerá o compartilhamento de valores. Para a comunicação total, o aprendizado de uma língua, não está entre um de seus objetivos. Esta filosofia afirma que a abordagem bimodal possa diminuir as restrições de comunicação, pelo qual a criança surda geralmente vivência. Esta filosofia pressupõe que é função da família estabelecer a forma de educação a qual estarão sujeitos seus filhos.

1.2.3 Bilinguismo

A filosofia bilíngüe tem o propósito básico, tornar o surdo em um ser bilíngüe, ou seja, tornar possível a co-existência da língua de sinais e a língua oficial de cada país.

Goldfeld afirma, que a questão principal para o bilingüismo é a Surdez e não a surdez, ou seja, os estudos se preocupam em entender o Surdo, suas particularidades, sua língua (a língua de sinais), sua cultura e a forma singular de pensar, agir, etc. e não apenas os aspectos biológicos ligados à surdez.

A filosofia bilíngüe divide-se em duas vertentes, na qual a primeira baseia-se na ideia que a criança deve adquirir tanto a linguagem de sinais quanto a modalidade oral da língua o mais precocemente possível, porém de forma separada e somente depois o educando deverá ser alfabetizado na modalidade escrita na língua oficial do seu país, a segunda vertente defende que a linguagem de sinais deve ser apresentada para a criança

em primeiro momento e a modalidade escrita apresentada posteriormente, essa vertente rejeita a utilização da linguagem oral.

1.3 Conceitos

Os estudos dos surdos se constituem de uma proposta voltada para um programa de pesquisa em educação, onde englobam as identidades, as línguas, os projetos educacionais, as comunidades e a cultura surda, dentre outros, focalizado e compreendido de acordo com seu reconhecimento político.

Isso gera outra temática “a diferença”, como significado político é uma construção histórica e socialmente, é um processo que constitui conflitos e movimentos sociais, de resistência de poder e de saber.

O novo conceito sobre surdez vem baseado junto às comunidades surdas, às escolas, e aos intérpretes de língua de sinais, no processo de formação dos professores ouvintes.

A diversidade de focos que ainda estão em observação, tais como a identidade surda, histórias e desencontros sobre a surdez, rupturas entre a educação de surdos e a educação especial, artes e culturas surda, os novos paradigmas da educação, o processo de formação de novas comunidades surdas, dentre outras.

1.4 Linguagem e escolaridade

1.4.1 Língua de sinais e aquisição da escrita

Saussure é conhecido como o pai da Linguística, ou seja, foi este autor quem primeiramente sistematizou o conceito de linguagem. Para ele a linguagem é formada pela língua e fala, sendo que, a língua é tida como um sistema de regras abstratas composto por elementos significativos inter-relacionados. Ou seja, a língua é o aspecto social¹ da linguagem, já que é compartilhada por todos os falantes de uma comunidade linguística, e a fala é o aspecto individual da linguagem, são as características pessoais que os falantes imprimem na linguagem.

¹ O termo social utilizado por Saussure se refere apenas à condição de a língua ser compartilhada por toda a comunidade linguística, não tendo o indivíduo condições de modificá-la.

No Brasil, a língua de sinais só foi considerada uma língua, em 24 de abril de 2002 quando o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a lei que reconheceu a LIBRAS como meio legal de comunicação entre os surdos.

Segundo o texto publicado na rede mundial de computadores pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) ²,

a LIBRAS é a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com essa comunidade. Como língua, esta é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumental lingüística de poder e força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demanda de prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua.

A professora Maria Cristina³ expõe no livro *Letramento e minorias*, que a comunidade de surdos no Brasil, apesar das pesquisas desenvolvidas vem demonstrando que a adoção da língua de sinais brasileira na educação de surdos é um fato recente no Brasil.

Estudos relatam que para aquisição da linguagem, se faz necessário, que as crianças surdas sejam expostas o quanto antes a língua brasileira de sinais, pois esta desempenhará um papel importante na constituição do português, o qual será utilizado como segunda língua.

Pesquisas sobre a questão da leitura e da escrita em crianças surdas evidenciam que, as crianças surdas, como todas as demais, tem a necessidade de conhecimento de mundo para que no momento da recontextualização do escrito possa atribuir um sentido ao que lêem.

Pode-se considerar que incluir um aluno com deficiência auditiva no ensino regular, respeitando suas necessidades educacionais exerce papel fundamental no seu desenvolvimento social. Inclusão esta que se apresenta dentro do sistema através de resultados acadêmicos que são maquiados a despeito das diferenças individuais, levando em consideração apenas dados estatísticos que apresentam o quantitativo educacional e dando pouca ou nenhuma relevância aos dados qualitativos que demonstram como essa educação vem sendo desenvolvida. Sendo cada vez mais forte a necessidade de

² Disponível em: <http://www.feneis.com.br/page/>> Acesso em: ago. 2010.

³ Mestre em Linguística pela PUC-SP. Doutora em Linguística pela UNICAMP.

iniciativas que possibilitem a inclusão de pessoas com necessidades especiais, todavia as escolas estão organizadas para conviver com a exclusão sutil que ainda assola o ensino regular.

Esse quadro contraditório ao mesmo tempo que institui um discurso coerente com princípios educacionais inclusivos, na prática destitui diversas pessoas do direito de participação social através da inclusão de fato e de direito.

Considera-se por conseguinte que para criança surda a educação inclusiva no ensino regular é o maior exercício de direito e cidadania que ela pode desempenhar, sendo papel da escola e da sociedade oferecer tal ensino de forma a oferecer maior amparo aqueles que para a aquisição e desenvolvimento das diversas potencialidades desta necessitem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASÍLIA. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

FENEIS. (s.d.). Disponível em: <http://www.feneis.com.br>. Acesso em: jul. 2010.

GOLDFELD, M. *A criança surda: linguagem, cognição, numa perspectiva interacionista*. São Paulo: Plexus, 2002.

MOTTA, Elias de Darcy Ribeiro. *Direito educacional e educação no século XXI*. São Paulo: Unesco, 1943.

PEREIRA, M. C. Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos. In: LODI, A. C.; KATHRYN, H. M.; CAMPOS, S. R.; TESKE, O. *Letramentos e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SASSAZAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1991.

SILVA, Angela Carrancho da. *Ouvindo o silêncio: educação, linguagem e surdez*. In: SILVA, Angela Carrancho da; NEMBRI, Armando Guimarães. Porto Alegre: Mediação, 2008.